

# Boletim sobre o processo político em Moçambique



Número 56 - 1 de dezembro de 2014

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk), Editor Adjunto: Adriano Nuvunga

Chefe de redação: Teles Ribeiro, Repórter: Idalêncio Sitoê

Tradução de: Sarita Monjane

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

## Publicado por CIP e AWEPA

CIP, Centro de Integridade Pública  
Rua B (1335) Nr. 79, Bairro da Coop, (CP 3266) Maputo  
www.cip.org.mz cip@cip.org.mz  
Tel: +258 21 41 66 16, 82 300 33 29 Fax: +258 21 41 66 25

AWEPA, Parlamentares Europeus com África  
Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo  
Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626  
Fax: +258 21 418 604 e-mail: awepa@aweпа.org.mz

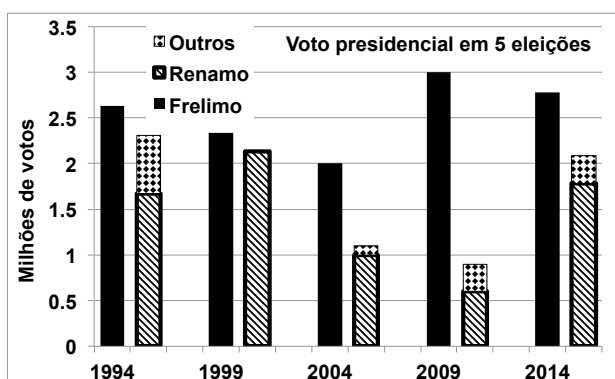
## Frelimo vence mais uma eleição manchada

O candidato Presidencial da Frelimo, Filipe Nyusi, venceu as eleições de 15 de Outubro, com 57% dos votos. A Frelimo venceu 144 dos 250 assentos no parlamento (Assembleia da República, AR).

Afonso Dhlakama ficou em segunda posição com 37% e a Renamo com 89 assentos. O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) conquistou 17 assentos e o seu candidato presidencial Daviz Simango venceu 6% dos votos.

Os resultados foram anunciados pela Comissão Nacional de Eleições a 30 de Outubro. Houve 26 outros partidos e coligações que se candidataram ao parlamento em algumas províncias; eles receberam 3% dos votos e não conseguiram quaisquer assentos no parlamento.

Um total de 5,3 milhões de pessoas votaram, comparativamente a 4,4 milhões há cinco anos. A



### Déjà vu mais uma vez

Após as eleições de 2009, tivemos um artigo intitulado "Déjà vu: Uma eleição conspurcada desnecessariamente". Afirmamos que a vitória da Frelimo "foi ensombrada pela parcialidade e má conduta. Os que são há muito tempo leitores deste *Boletim* vão reconhecer que houve pouca mudança em resposta às duras críticas feitas às eleições de 1999 e 2004. Tal como num filme que vemos duas vezes, ocorreram os mesmos problemas." E eles voltaram a repetir-se novamente este ano.

Neste *Boletim*, reportamos uma vez mais sobre a má conduta, a injustiça, o secretismo, o desleixo e a confusão. As autoridades eleitorais e os partidos políticos culpam-se mutuamente, mas todos eles partilham a responsabilidade. O quê é que os partidos políticos e as autoridades eleitorais estiveram a fazer nos últimos cinco anos?

Estas foram as quintas eleições multi-partidárias nacionais. Será que a má conduta e o desleixo constituem uma parte permanente do processo eleitoral moçambicano? Será a nossa manchete em 2019 "Déjà vu novamente uma vez mais"?

jh

participação foi de 49%, ligeiramente superior a 45% em 2009 e 43% nas eleições de 2004.

Mas esta percentagem foi inferior às primeiras duas eleições - em 1994, 5,4 milhões de pessoas votaram, com uma participação de 88%, e em 1999 foram 5,3 milhões e 74%.

Os resultados foram muito similares aos das eleições de 2004, quando o candidato da Frelimo, Armando Guebuza ganhou 64% e Dhlakama 32%, e a Frelimo teve 160 assentos parlamentares e a Renamo 90. Mas este ano, a Frelimo teve piores resultados e a Renamo saiu-se melhor do que nas eleições de 2009, quando Guebuza venceu com 75%, Dhlakama 16% e Simango 9%, e no parlamento, a Frelimo conquistou 191 assentos, a Renamo 51, e o MDM 8.

Nas 10 províncias, houve um terceiro boletim de voto, para a assembleia provincial. Isso não aconteceu na Cidade de Maputo (que já possuía uma assembleia municipal), em África ou na Europa; de um total de 811 assentos, a Frelimo conquistou 485, a Renamo 295, e o MDM 31.

## CNE dividida em relação a gravidade dos problemas

A campanha eleitoral foi, de modo geral, pacífica e serena e a votação correu de forma tranquila em muitos locais. Não obstante, houve problemas suficientes para levantar questões sérias sobre a conduta das eleições – discutidos com maiores detalhes na página 7.

A oposição não foi capaz de proporcionar evidência concreta da má conduta generalizada. Mas houve uma inquietação generalizada por parte dos observadores e dos órgãos de comunicação independentes – o melhor que podia ser dito era de que os problemas não foram mais graves do que os de 2009 e 2004, mas os críticos afirmam que foram de facto piores.

Como parte de um pacote que acabou com a acção militar da Renamo anteriormente este ano, a

## Assentos parlamentares em 4 eleições

	1994	1999	2004	2009	2014
<b>Frelimo</b>	129	133	160	191	144
<b>Renamo</b>	112	117	90	51	89
<b>Outros</b>	9			8	17

Os resultados deverão ser agora validados pelo Conselho Constitucional, que não possui nenhum prazo legal, mas que se prevê que seja decidido antes do Natal.

Nas eleições presidenciais, 5,4% dos votos foram deixados em branco e 4% foram considerados inválidos, ambos quase idênticos à situação em 2009. Dos votos presidenciais considerados inválidos nas assembleias de voto, 20% foram aceites como válidos pela CNE, comparados a apenas 12% em 2009. Daqueles considerados válidos, mais de metade foram para Dhlakama.

Os resultados completos são apresentados nas páginas 3 e 15-18.

Renamo adquiriu maior representação nas comissões eleitorais e no STAE (ver página 4).

O resultado foi uma CNE marcadamente dividida. Os resultados finais, anunciados a 30 de Outubro, o último dia permitido por lei, só foram aprovados por um voto de 10-7. E rejeições subsequentes de protestos da oposição só foram aprovadas por 9-8.

## Províncias: 5 Frelimo, 3 oposição, 3 igual

O voto ilustra a supremacia da Frelimo nas quatro províncias do Sul e em Cabo Delgado no norte, bem como que as maiorias significativas da oposição em Nampula, Zambézia e Sofala, e Tete, Manica e Niassa estão estritamente divididas.

Nyusi venceu mais de metade dos votos presidenciais em sete dos 13 círculos eleitorais – **províncias de Cabo Delgado, Inhambane, Gaza e Maputo, Cidade de Maputo**, e os dois assentos para a diáspora, África e Europa. A Frelimo também venceu uma grande maioria para a Assembleia da República (AR) e assembleias provinciais.

Dhlakama venceu mais da metade dos votos presidenciais na **Zambézia e Sofala**, bem como a maioria na assembleia provincial. Para a Assembleia da República (AR), ambas com maiorias da oposição: Zambézia - 22 para a Renamo, 5 para o MDM, 18 para a Frelimo e Sofala - 10 para a Renamo, 3 para o MDM, e 8 para a Frelimo.

Em **Nampula**, Dhlakama esteve perto de atingir uma maioria com 49.8% dos votos presidenciais.

Para a AR o resultado foi Renamo 22, MDM 3 e Frelimo 22. Mas a Frelimo teve uma maioria de 1 assento na assembleia provincial.

As três outras províncias do **Niassa, Tete e Manica** estão estritamente divididas. Todas elas apresentaram números iguais para a Frelimo e a oposição para a AR: Niassa - 6 Renamo, 1 MDM e 7 Frelimo; Tete - 10 Renamo, 1 MDM e 11 Frelimo, e Manica - 8 Renamo e 8 Frelimo. Na corrida presidencial, Dhlakama ficou em primeiro em Tete e Manica, mas com menos da metade dos votos e Nyusi ficou em primeiro Niassa, mas com menos da metade dos votos. Finalmente, Manica possui uma assembleia provincial dividida com 39 para a Renamo, 1 para o MDM e 40 para o Frelimo, enquanto a Frelimo possui uma maioria no Niassa e a Renamo tem uma maioria em Tete.

## Detalhes do Voto Presidencial 2014

	Votos das mesas de voto	Votos requalificados pela CNE	Votos após requalificação	% Votos Validos	% Votos nas urnas
<b>Daviz Simango</b>	306 884	3 041	<b>309 925</b>	<b>6,36%</b>	5,81%
<b>Filipe Nyusi</b>	2 761 025	17 472	<b>2 778 497</b>	<b>57,03%</b>	52,09%
<b>Afonso Dhlakama</b>	1 762 260	21 122	<b>1 783 382</b>	<b>36,61%</b>	33,44%
Total	4 830 169	41 635	4 871 804	100,00%	91,34%
Votos em brancos	290 186				5,44%
Votos nulos das mesas de votos	213 310				(4,00%)
Votos requalificados pela CNE		41 635			(0,78%)
Votos nulos após requalificação			171 675		3,22%
Votos nas urnas	5 333 665		5 333 665		100,00%

Afluência: 48,64%

% Nulos requalificados pela CNE: 19,52%

## Voto Presidencial em 5 eleições

Candidatos	1994		1999		2004		2009		2014	
	mn	% de válidos	mn	% de válidos	mn	% de válidos	mn	% de válidos	mn	% de válidos
<b>Chissano</b>	2,6	53%	2,3	52%						
<b>Guebuza</b>					2,0	64%	3,0	75%		
<b>Nyusi</b>									2,8	57%
<b>Dhlakama</b>	1,7	34%	2,1	48%	1,0	32%	0,6	16%	1,8	37%
<b>Domingos</b>					0,1	3%				
<b>Simango</b>							0,3	9%	0,3	6%
<b>Outros</b>	0,6	13%			0,1	2%				
		% do total		% do total		% do total		% do total		% do total
<b>Nulos</b>	0,2	2,8%	0,1	2,9%	0,1	2,9%	0,2	4,0%	0,2	3,2%
<b>Brancos</b>	0,3	5,8%	0,3	6,5%	0,1	2,9%	0,3	6,0%	0,3	5,4%
<b>Total</b>	5,4		*5,3		3,3		4,4		5,3	
<b>Afluência</b>		88%		*74%		**43%		45%	49%	

\* Estimados, para corrigir contando com 7% das mesas de voto excluídas do apuramento.

\*\* Estimados, para corrigir contando com erros nos cadernos eleitorais e mesas de voto excluídas do apuramento.

Houve 10 candidatos presidenciais de pequenos partidos em 1994 e em 2004 houve dois candidatos de partidos menores além de Raul Domingos.

# Mudanças na lei proporcionam um maior papel aos partidos

**– que eles não são capazes de desempenhar**

Mudanças significativas foram feitas à legislação eleitoral no início deste ano, após negociações entre a Renamo e o governo. A Renamo boicotou as eleições municipais do ano passado e iniciou acções militares, atacando o tráfego rodoviário e postos militares e da polícia na Província de Sofala. Nas negociações, o governo de repente concordou em dar a Renamo tudo que ela solicitava sobre eleições e a Renamo concordou em terminar o seu boicote às eleições. A Assembleia da República (AR) aprovou mudanças na legislação em Fevereiro e a legislação final revista foi promulgada pelo Presidente a 4 de Abril. (Para mais detalhes, ver *Boletim sobre o processo político em Moçambique* 53, 9 de Abril de 2014.)

Contudo, a Renamo não desarmou ou desmobilizou os seus soldados, tornando-se no único partido armado nas eleições.

A principal mudança é proporcionar aos dois principais partidos políticos, a Frelimo e a Renamo, uma maior presença na administração eleitoral do que nas eleições anteriores. O terceiro partido na Assembleia da República, o MDM, também conquistou uma presença, mas inferior à presença da Frelimo e Renamo. (As eleições locais do ano passado foram realizadas com base na lei anterior.)

A anterior Comissão Nacional de Eleições (CNE) constituída por 13 membros, tinha 5 representantes da Frelimo, 2 da Renamo (boicotaram e portanto os lugares permaneceram vagos), 1 do MDM, 3 da sociedade civil e 2 entidades legais, um magistrado e um promotor público. A nova CNE possui 17 membros, 5 da Frelimo e 1 do MDM (não se alterou), 4 da Renamo (partindo de 2), e 7 da sociedade civil (partindo de 3). As duas entidades

legais foram eliminadas. Um representante da Frelimo e outro da Renamo, mas não um do MDM, foram promovidos para novos postos como vice-presidentes.

Aos níveis provincial e distrital, as comissões eleitorais tinham 11 membros: 3 da Frelimo, 2 da Renamo, 1 do MDM e 5 da sociedade civil. A lei revista acrescenta 4 membros da sociedade civil, perfazendo um total de 9 e os membros da comissão correspondendo a um total de 15. Uma vez mais, existem vice-presidentes da Renamo e da Frelimo.

Como parte do pacote, existe um acordo informal relativamente a dois pontos: o clérigo muçulmano Sheik Abdul Carimo continua a ser presidente da CNE, e a Renamo tinha o direito de nomear dois dos quatro novos membros da sociedade civil de cada comissão eleitoral.

O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) ao nível nacional possui pessoal permanente, incluindo um director-geral e três chefes de departamento - organização, formação, e administração e finanças. A lei revista afirma que durante períodos eleitorais, existem 26 nomeações políticas adicionais: dois directores-gerais adjuntos (1 da Frelimo, 1 da Renamo, nenhum do MDM), 6 chefes de departamento adjuntos (3 da Frelimo, 2 da Renamo, 1 do MDM) e 18 outros membros do pessoal politicamente nomeados (9 da Frelimo, 8 da Renamo, 1 do MDM).

Ao nível provincial, distrital e da cidade, durante períodos eleitorais, existem as mesmas 8 figuras máximas - 2 directores-adjuntos e 6 chefes de departamento adjuntos, e 6 outros membros do pessoal politicamente nomeados (3 da Frelimo, 2 da Renamo, 1 do MDM).

O número de membros da mesa da assembleia de voto (MMVs) aumentou de 5 para 7, incluindo um presidente, um vice-presidente, um secretário e 4 escrutinadores. Quatro deverão ser recrutados como no passado através de um concurso público e, pela primeira vez, os outros três são nomeados, cada um deles, pelos três partidos na Assembleia da República.

## Acção Colectiva

Este *Boletim* é baseado nas reportagens de 150 jornalistas em quase todos os distritos, trabalhando juntos para dar uma cobertura mais actualizada da eleição. Estamos também a trabalhar com o Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM) e a Liga dos Direitos Humanos. Durante a campanha e o período eleitoral, publicamos 77 boletins informativos e três estudos especiais. Eles estão disponíveis em [bit.ly/NatElec](http://bit.ly/NatElec) e <http://www.cip.org.mz/election2013/>

## Boletim sobre o processo político em Moçambique

Editor: Joseph Hanlon ([j.hanlon@open.ac.uk](mailto:j.hanlon@open.ac.uk)),  
Editor Adjunto: Adriano Nuvunga  
Chefe de redacção: Teles Ribeiro,  
Repórter: Idalêncio Sitoê

**O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte**

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, e AWEPA, Parlamentares Europeus com África

As assembleias de voto continuam também a ter delegados de partidos que observam e podem apresentar protestos. Assim, os três principais partidos têm direito a duas pessoas em cada assembleia de voto.

A pedido da Renamo, a Assembleia da República também aprovou uma mudança completa ao procedimento de reclamações. Anteriormente, as reclamações eram feitas através das comissões eleitorais, e poucas eram aceites. A Renamo propôs que os tribunais distritais devem tratar todas as reclamações, e para acelerar o processo todas as reclamações deveriam ser feitas dentro de 48 horas e o tribunal tinha de agir dentro de 48 horas. O Tribunal Supremo deu uma formação especial aos magistrados distritais para serem capazes de lidar com casos eleitorais.

## **A oposição não é pró-activa**

Infelizmente, os partidos da oposição provaram ser incapazes de fazer uso dos novos sistemas. Só foram apresentadas 24 reclamações sobre as eleições, pelos partidos políticos, aos tribunais distritais. Só foi aceite apenas uma submetida pela Frelimo. Todas as outras foram rejeitadas pela falta de evidência ou por terem passado mais de 48 horas após o evento, explicou o Juiz do Tribunal Supremo, Pedro Nuatitima.

Os observadores do Centro Carter notou uma falta de membros das assembleias de votos (MMVs) politicamente nomeados, bem como delegados em algumas assembleias de voto. Das 434 assembleias de voto observadas durante o processo eleitoral, 20% tinham falta de alguns MMVs, tipicamente aqueles nomeados pelos partidos de oposição. O Centro Carter observou que em 18% das assembleias de voto, só a Frelimo possuía um delegado. Os observadores também notaram que algumas das assembleias de voto tinham mais de um delegado da Frelimo presente, violando as regras da CNE que afirmam que um partido só podia ter apenas um único delegado.

O problema tinha duas dimensões. Os partidos da oposição não eram capazes de encontrar pessoas suficientes, mas também o Centro Carter estima que pelo menos 1000 delegados de partidos não tinham sido acreditados. O MDM e a Renamo não usaram os seus membros dentro do STAE para resolver o problema da acreditação.

Do mesmo modo, os partidos da oposição

## **Assembleias de voto**

O sistema eleitoral moçambicano é baseado em assembleias de voto autónomas. Muitos eleitores são recenseados numa escola. Os cadernos de recenseamento podem ter até 800 eleitores, e quando um caderno está cheio, é aberto um novo. Cada caderno é atribuído a uma assembleia de voto, que deverá estar no mesmo local onde os eleitores estão recenseados. Assim, uma escola transforma-se num centro de voto, com uma assembleia de voto diferente em cada sala de aulas e um sinal indicando aos eleitores o número do caderno de recenseamento.

Cada Assembleia tem uma mesa com sete membros, conhecidos como MMVs. Quando a votação termina as 18h00, o apuramento é realizado de imediato nessa assembleia de voto. Um edital é afixado de imediato na porta da sala de aulas. Os delegados dos partidos, órgãos de comunicação e observadores podem estar presentes durante a votação e apuramento, e podem receber cópias dos editais. Isso possibilita fazer uma contagem paralela, que é efectuada pelos partidos e pelos órgãos de comunicação. A Rádio Moçambique, por exemplo, lê os editais de todo o país no dia seguinte ao dia da votação, e um apuramento da amostra paralela é feito pelo Observatório Eleitoral.

Os editais são enviados para o distrito para apuramento. Os resultados distritais são enviados para a província para apuramento e os resultados provinciais para a CNE em Maputo. Todos os boletins de votos inválidos e contestados são enviados para Maputo para reconsideração. Mais de 700.000 boletins de voto foram reconsiderados em Maputo este ano.

tinham MMVs em 80% das assembleias de voto, mas não foram capazes de prevenir a má conduta ou recolha de evidência nos casos onde a má conduta ocorreu, mesmo onde isso foi detectado pelos observadores ou os órgãos de comunicação. Ter membros do STAE e comissões eleitorais distritais não preveniu a ocorrência de problemas com a contagem. De facto, os MMVs dos partidos da oposição e os membros da comissão eleitoral algumas vezes assinaram editais manifestamente incorrectos.

# PVT provou ser preciso

Um apuramento de amostra paralela (PVT, *parallel vote tabulation*) realizado pelo EISA (Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa) para o Observatório Eleitoral provou novamente ser muito preciso.

Previa-se que a contagem paralela fosse feita sobre uma amostra estatisticamente válida de 2107 assembleias de voto. A amostra real era de 1798 assembleias de voto, 10,6% do total das assembleias de voto ao nível nacional. As duas províncias mais problemáticas foram Tete, onde 27% das assembleias de voto não podiam ser consideradas como amostra (em parte devido a pressão política dos observadores) e Nampula onde 20% dos observadores nunca chegaram a receber credenciais por parte das autoridades eleitorais. Na maioria dos casos, os observadores do Observatório Eleitoral permanecem na assembleia de voto seleccionada durante todo o dia, incluindo a contagem; em alguns casos, eles só se deslocam para a assembleia no fim e copiam ou anotam o resultado afixado.

A estimativa final do PVT esteve muito próxima:

	PVT	Actual
Dhlakama:	35%	37%
Nyusi	57%	57%
Simango	8%	6%

O PVT proporciona uma verificação essencial do processo eleitoral. Porque o PVT é baseado em cópias oficiais dos editais recolhidos pelos observadores nacionais independentes na assembleia de voto, o PVT permite uma verificação importante de qualquer manipulação feita aos níveis distrital, provincial e nacional. Isto sugere que tem havido relativamente pouca manipulação aos níveis intermédios, apesar da confusão.

O PVT não funciona como uma verificação formal do que aconteceu na assembleia de voto, e prevê-se que os membros da assembleia de voto pudessem ser mais cautelosos na presença de um observador. Talvez de forma surpreendente, o PVT apresenta evidência do enchimento de urnas, invalidação dos votos da oposição e outros problemas, que são discutidos a seguir.

## Campanha ordeira ...

Esta campanha eleitoral de 31 de Agosto a 12 de Outubro foi mais pacífica e com menos violações da lei eleitoral do que no passado, tendo os partidos demonstrado uma maior maturidade, de acordo com a informação dos nossos 150 jornalistas reportando a partir de várias regiões do país. De modo geral, eles reportaram a tolerância política; por exemplo, quando as caravanas políticas se encontravam, havia geralmente cortesia e não confronto.

Registou-se a ocorrência de incidentes normais por parte dos partidos, tendo os seus membros

rasgado cartazes dos outros partidos, bem como cartazes colocados em locais impróprios tais como sinais de trânsito rodoviário e edifícios públicos; contudo, estes incidentes também não foram graves. Houve algumas detenções, maioritariamente dos membros da oposição.

Houve menos reportagens, do que no passado, da Frelimo estar a usar ilegalmente veículos do governo. Mas no incidente mais grave, no Distrito de Dondo em Sofala, um veículo dos Serviços Provinciais de Planeamento Distrital transportando apoiantes da Frelimo, regressando de um comício, foi batido por um comboio no dia 1 de Outubro, matando uma pessoa e ferindo gravemente outras.

## ... mas uma vantagem desleal da Frelimo

A Frelimo foi acusada de usar as suas vantagens como o partido no poder, de forma muito mais aberta este ano do que em 2009. O Partido aparentava ter mais dinheiro e distribuía não só camisetas, mas também bicicletas, e tinha dinheiro vivo para alugar e comprar carros – o que constituiu uma razão para o facto de se ter usado menos viaturas do estado. Mesmo antes do início da campanha, o Presidente Armando Guebuza usou as suas deslocações no âmbito da Presidência Aberta nas províncias para apresentar Filipe Nyusi como seu sucessor.

A missão de observação da União Europeia foi muito crítica da campanha eleitoral: "Durante a campanha, a Frelimo beneficiou do acesso à estrutura administrativa e governamental nacional, ao mobilizar funcionários públicos para as suas marchas e comícios da campanha, e por vezes utilizando viaturas oficiais, conforme testemunhado por observadores da UE e/ou a eles reportado, dando ao partido no poder uma vantagem desleal sobre seus adversários." Além disso, a polícia era tendenciosa a favor da Frelimo.

A legislação eleitoral exige que os órgãos de comunicação controlados pelo estado sejam equilibrados e a UE felicitou a Rádio Moçambique. Contudo, ela foi altamente crítica da TVM e do *Notícias*. A TVM atribuiu 64% da sua cobertura a Nyusi e sempre abriu e terminou a sua cobertura eleitoral com uma referência a ele; Simango conseguiu 19% do tempo da TVM e Dhlakama 17%. O *Notícias* atribuiu 60% do espaço e as posições mais prominentes para Nyusi, 23% para Dhlakama, e 17% para Simango, reportou a UE.

# Má conduta, desleixo e outros problemas

A maioria dos membros das assembleias de voto trabalhavam duramente e de forma conscienciosa e estavam comprometidos com o sucesso das eleições. A maioria das acções no âmbito da campanha eleitoral decorreu de forma pacífica e em bom espírito. Contudo, "maioria" não é suficientemente bom. Estimamos que mais de 12% das assembleias de voto tiveram problemas no dia da votação. E houve problemas relacionados com o recenseamento, a campanha, a contagem e a informação.

A Renamo e o MDM afirmam possuir ficheiros com evidência de má conduta, mas eles mostraram-se relutantes a apresentar-nos as suas evidências ou a apresentá-las aos outros órgãos de comunicação. Contrariamente, baseamo-nos nas reportagens dos nossos próprios 150 jornalistas, nos informes de observadores nacionais e internacionais, outros órgãos de comunicação e relatórios anedóticos dos partidos.

Além disso, usamos também o PVT (apuramento de votação paralelo), e usamo-lo para estimar um mínimo de 12,4% das assembleias de voto, mais de 2100, com problemas:

- Em mais de 750 assembleias de voto (4,5% do total), registou-se um número excessivo de votos inválidos, o que implica que os eleitores foram invalidados de forma inadequada.
- Em pelo menos 680 assembleias de voto (4% do

total), houve enchimento de urnas.

- Em 250 assembleias de voto (1,4% do total), houve um caderno de recenseamento adicional, não reportado, que não estava na lista oficial.

- Em 450 assembleias de voto (2,5% do total), a participação foi improvavelmente baixa, sugerindo uma abertura tardia ou outros problemas administrativos.

A própria CNE excluiu editais de 330 assembleias de voto.

Consideramos primeiro quatro províncias problemáticas. Olhamos depois com um certo nível de detalhe para os diferentes tipos de problemas – enchimento de urnas, invalidação dos votos da oposição, abertura tardia, cadernos de recenseamento e apuramento. Em alguns locais, também notamos melhorias relativamente a eleições anteriores.

## Quatro províncias problemáticas

Muitos problemas durante a campanha e a votação centraram-se em quatro províncias: Gaza, Tete, Nampula e Sofala – geralmente em locais que apresentaram problemas semelhantes nas eleições anteriores.

Sem qualquer anúncio, a CNE finalmente publicou resultados detalhados das eleições de 2009 em Setembro de 2014, sendo agora possível fazer algumas comparações. E eles indicam que algumas confrontações ocorreram em locais onde houve fraude em 2009.

### Gaza

Tradicionalmente considerada como o coração da Frelimo, Gaza possui apenas um único membro da oposição eleito para a Assembleia da República (1 em 1994) e nas últimas eleições, houve uma enorme pressão social e política para manter a oposição fora. Isto resultou em algumas das acções de violência mais intensas e organizadas da campanha, quando a caravana da campanha do candidato presidencial do MDM, Daviz Simango, foi atacada por grupos organizados nos dias 22 e 23 de Setembro em Chibuto, Xai-Xai, Chokwé e Macia. Em Chibuto, 300 apoiantes da Frelimo armados com paus, catanas, pedras e garrafas chegaram em camiões e carros e atacaram apoiantes do MDM que esperavam por Simango, de acordo com os nossos correspondentes locais. A polícia estava presente, mas não interveio. O Presidente da CNE, Abdul Carimo, declarou publicamente que a violência em Gaza era uma "vergonha" e falou com

os líderes da Frelimo. Isso acabou com os ataques organizados.

A Renamo acusa a Frelimo de pressionar e intimidar as pessoas a não alugar quartos para os membros da mesa das assembleias de voto (MMVs) da Renamo e aos delegados do partido que vinham de fora. Eles afirmaram que uma casa que eles tinham alugado foi queimada e os membros do partido foram ameaçados. Por último, muitos MMVs e delegados do partido retiraram-se.

Um resultado foi que sem a presença dos membros da oposição a controlar a votação, houve um enchimento generalizado das urnas, indicado pelos níveis de participação impossíveis. Os resultados oficiais para as eleições da assembleia provincial (os únicos resultados distritais apresentados até agora) indicam uma participação de 97% no distrito de Massingena, com 99% dos eleitores votando na Frelimo. Em todo o distrito, só 251 pessoas não foram votar.

Outras taxas de participação elevada foram de 92% no distrito de Massingir, 89% em Chicualacuala, 82% em Chigubu, e 80% em Mabalane. Em contraste, em Mandlacazi que é firmemente da Frelimo (93%), mas que foi monitorado mais de perto, a participação foi apenas de 55%.

## **Tete**

Tete tem sido um campo de batalha, tendo passado de uma maioria da Renamo em 1994 e 1998 para uma maioria esmagadora da Frelimo nas últimas duas eleições, e marginal este ano.

No dia da votação, multidões de apoiantes da Renamo atacaram 44 assembleias de voto em Tsangano e 26 em Macanga. Alegando que as urnas já tinham sido adulteradas, eles queimaram boletins de voto e destruíram equipamento. A votação foi cancelada. (E os resultados detalhados das assembleias de voto em 2009 de Chiandame, Tsangano, sugerindo tanto um enchimento de urnas ou votação fraudulenta a favor da Frelimo e uma invalidação falsa dos votos para a Renamo.)

Tete possui uma longa história de votações fraudulentas e de exclusão de agentes de partidos e observadores das assembleias de voto. Geralmente, o que é feito é simplesmente a mudança de editais de forma a ter uma taxa de participação impossivelmente elevada, com os votos extra indo para a Frelimo. A participação em Tete é de 54% e isto é provavelmente um exagero. Mas três distritos, que sempre apresentam uma votação fraudulenta, mostraram uma vez mais esta tendência, este ano. Para a assembleia provincial indicam que Changara teve uma participação de 78% e que destes, 87% votaram pela Frelimo, seguido de Magoe, com uma participação de 76% (94% para a Frelimo), e Cahora Bassa 70% (82% Frelimo).

## **Nampula**

Num dos incidentes mais graves, os funcionários eleitorais em Nampula não foram capazes de emitir credenciais para 400 observadores do Observatório Eleitoral, apesar da lista ter sido submetida com uma semana de antecedência. Algumas credenciais foram emitidas no dia da votação, dia 15 de Outubro, mas o PVT foi perturbado em Nampula. Houve também acusações da polícia ser tendenciosa em relação aos membros da oposição.

Houve uma série de incidentes violentos. Apoiantes do MDM transportando um caixão do candidato presidencial da Frelimo, Nyusi, e entoando cânticos contra a Frelimo, marcharam na Praça dos Heróis em Nampula no dia 25 de Setembro durante as cerimónias oficiais marcando o 50 aniversário do início da luta de independência, provocando brigas entre os apoiantes da Frelimo e do MDM. A polícia antimotim (Força de Intervenção Rápida, FIR) utilizou gás lacrimogéneo, terminando a cerimónia. Seis pessoas ficaram feridas e nove foram presas. A polícia recusou-se a levar dois dos indivíduos presos para o tribunal, na semana seguinte, e um juiz eventualmente ordenou a sua soltura, afirmando que eles tinham sido detidos ilegalmente.

A seguir, na manhã do dia 12 de Outubro, escaramuças entre apoiantes da Frelimo e da Renamo em Nampula resultaram na prisão de 11 pessoas e em 15 feridos. Os homens da Renamo

atiraram pedras a veículos automóveis e atacaram pessoas com camisetas da Frelimo. Nessa tarde, a Polícia utilizou gás lacrimogéneo sobre uma multidão de apoiantes da Renamo aguardado do último comício do candidato presidencial Afonso Dhlakama no Estádio 25 de Setembro de Nampula.

Em Angoche, no Domingo dia 12 de Outubro, um confronto entre a Frelimo e a Renamo no Bairro Inguri causou ferimentos graves e ataques nas casas de membros da Frelimo e da Renamo. Houve outros incidentes em Inguri no dia da votação, quando a Renamo atacou assembleias de voto durante o processo de apuramento, forçando os membros das mesas a fugir, transportando urnas para fazer o apuramento nos gabinetes eleitorais. (Em 2009, uma assembleia de voto em Inguri apresentou aproximadamente 100 votos da Renamo que tinham sido fraudulentamente invalidados.)

E um rapaz de 15 anos de idade foi morto pela polícia no dia da votação, dia 15 de Outubro, na Escola Primária de Jembesse na parte continental da Ilha de Moçambique, Nampula. Os distúrbios começaram nas primeiras horas desse dia quando os membros da Renamo alegaram haver enchimento de urnas e os manifestantes bloquearam a estrada. Eventualmente, a polícia interveio. (Aquando da disseminação dos resultados das eleições de 2009, houve indicações de enchimento de urnas ou de votação fraudulenta na Escola Primária de Jembesse.)

## **Sofala**

O MDM e a Renamo recusaram-se ambos a reconhecer ou assinar os resultados distritais em Dondo, Sofala, afirmando que os resultados que deram vitória a Frelimo eram fraudulentos e eram consequência de enchimento de urnas por parte dos membros da assembleia de voto. O representante distrital da Renamo, Paulo Júnior Chipenembe, afirma que em Mafambisse, um professor que é simpatizante da Renamo foi baleado pela polícia quando tentava prevenir o enchimento de votos. (Os resultados detalhados de 2009 apresentam indicações de enchimento de urnas e também da invalidação falsa dos votos da Renamo em Mafambisse.)

Na Beira, houve um problema da abertura tardia das assembleias de voto e cadernos em falta. O STAE continuava a assinar contractos com os membros da assembleia de voto e a afectá-los às assembleias de voto na manhã do dia da votação, o que significou que algumas destas assembleias não abriram a tempo. Houve também um problema com cadernos que foram enviados para assembleias de voto erradas em pelo menos seis escolas. Dois oficiais eleitorais foram presos na Beira por tentarem alterar os resultados.



## Enchimento das urnas

O enchimento das urnas – o acréscimo de votos adicionais a favor de um único partido – é um problema comum em muitas eleições. Em Moçambique, ele assume duas formas. Uma é simplesmente a mudança do edital para acrescentar votos adicionais, discutido a seguir. A segunda é a colocação de boletins de voto físicos adicionais na urna. Em ambos casos, o propósito é geralmente beneficiar a Frelimo.

### Boletins de voto adicionais

Reclamações sobre votos físicos adicionais em várias eleições conduziram a uma série de mudanças na legislação que agora requerem que todos os boletins de voto tenham um número da assembleia de voto, que deve ser lido durante a contagem com vista a confirmar que o boletim de voto veio dessa assembleia de voto. Isso, por seu turno, conduziu a uma nova forma de fraude observada pelos jornalistas, observadores e agentes do partido em locais suficientes para sugerir que essa prática possa ter sido organizada ao nível nacional, pelo menos de uma maneira informal.

Um membro da mesa da assembleia de voto (MMV) possui os cadernos com os boletins de voto que são entregues a cada eleitor. Com uma participação de cerca de 50%, eles podem ter a certeza de que nem todos os boletins serão usados e assim quando ninguém está a ver, os boletins de voto são retirados da parte final do caderno. Estes são depois entregues a apoiantes identificados como sendo da Frelimo no momento em que eles estão a votar e assim eles depositam vários votos na urna. Frequentemente, os boletins de voto são previamente marcados a favor da Frelimo antes de serem entregues aos apoiantes. Dezenas de boletins de voto previamente marcados foram vistos em várias assembleias de voto, em diversos locais, incluindo Matola, Quelimane, Beira, e Chidenguele (Gaza). Em Angónia (Tete), o Presidente de uma assembleia de voto foi preso quando ele foi encontrado com boletins de voto já assinalados a favor da Frelimo. Em Dondo (Sofala), um repórter do Jornal *Zambeze* foi atacado e a sua máquina fotográfica foi confiscada após ele ter tirado fotos que mostravam os membros da assembleia de voto a assinalar os boletins de voto a favor da Frelimo.

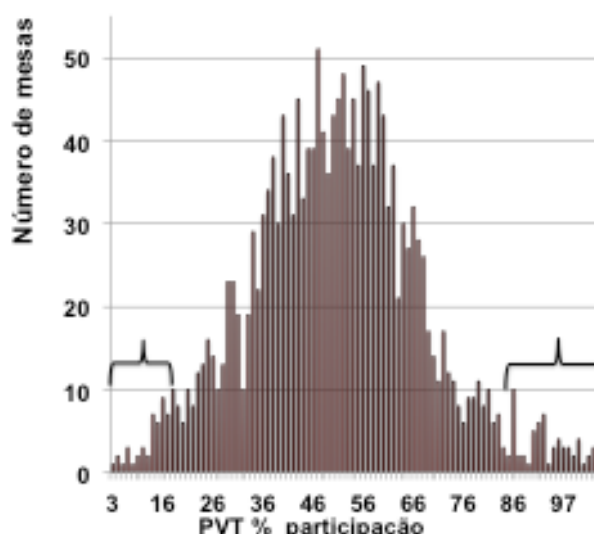
Embora seja impossível estimar o quão generalizado esta prática foi, observamos a seguir que em algumas assembleias de voto houve votos "extra" para o presidente, o que podia ser um indicador do enchimento de urnas apenas para presidente e não para o parlamento.

### Alterando o edital

O outro sistema que foi observado em todas as eleições moçambicanas é simplesmente a mudança do edital para aumentar consideravelmente a

participação e dar votos extra ao candidato presidencial da Frelimo. Observamos anteriormente que isso ocorreu claramente em Gaza e Tete. Para as últimas eleições, podemos usar dados recentemente publicados, para procurar resultados anómalos. Para este ano, podemos usar os relatórios do PVT das assembleias de voto. Assumimos que as assembleias de voto com observadores do PVT são provavelmente mais honestas e portanto, no mínimo, os resultados podem ser extrapolados para todas as assembleias de voto.

### PVT – participação na assembleia de voto



O gráfico indica a participação em 1.770 de assembleias de voto da amostra (excluindo 27 assembleias de voto com uma participação de mais de 105%, que são discutidos a seguir). Dividimos a participação em barras de 1% e cada barra ilustra o número da assembleia de votos com essa participação. Assim, a barra mais alta ilustra que 51 assembleias de voto tinham uma participação de 47%. Os parênteses mostram uma participação pequena ou excepcionalmente elevada.

Consideramos que uma participação acima de 85% é suspeita e os parênteses à direita mostram 63 assembleias de votos com uma participação de mais de 85% e abaixo de 105%. Este é um grupo relativamente grande, 3,6% de toda a amostra das assembleias de votos. A participação nacional era de 49%, e nestas 63 assembleias de voto, estimamos que tenha havido uma média de 142 eleitores, cada um dos quais poderia ser considerado como "extra" ou superior a 49%. Se a seguir extrapolamos estes números para todas as 17.012 assembleias de voto nacionais, 3,6% das assembleias de voto correspondem a 612 assembleias de voto, com uma participação demasiado elevada e portanto com a ocorrência de enchimento das urnas. Se cada tinha 142 eleitores "extra" como na amostra de PVT, isto implicaria 87,000 "votos extra".

A CNE poderia ordenar a recontagem nas assembleias de voto com níveis de participação muito elevados, com vista a verificar a existência de boletins de voto que correspondem a todos os votos. Se não, isso significaria que o edital teria sido alterado e pelo menos o Presidente da Assembleia de Voto poderia ser incriminado por um crime eleitoral. Mas isso nunca chegou a ser feito.

### **Mais presidente do que a AR**

O PVT também pode ser usado para seleccionar um outro indicador de enchimento das urnas – se existirem muitos mais votos para presidente do que para o Parlamento (AR). As urnas de votação para o presidente e a AR estão lado a lado e os observadores e jornalistas quase nunca vêm um eleitor a colocar um voto numa urna e não na outra. Portanto, uma diferença entre as duas sugere que votos extra foram acrescentados para o presidente, tanto através da alteração do edital ou com boletins de voto adicionais apenas para presidente.

Isto não foi tão comum como a participação elevada, mas o PVT reportou que em 1,2% das assembleias de voto, os resultados mostram que entre 10% e 90% dos eleitores depositaram votos para presidente e não para o parlamento.

Algumas assembleias de votos se enquadram nos dois grupos. Por exemplo, uma assembleia de voto na EPC de Nhaacamba em Changara, Tete, teve uma participação de 100%, mas 21% destes eleitores não se incomodaram em votar na urna parlamentar. Changara tem sido notória no enchimento das urnas em eleições anteriores.

Se excluirmos aquelas assembleias de votos já observadas como sendo caracterizadas por níveis excessivamente elevados de participação, o PVT mostrou que 0,4% das assembleias de voto tinham números questionáveis de votos colocados na urna presidencial, mas não na urna parlamentar. Se aplicado a todas as assembleias de voto, isto sugere que 20,000 pessoas votaram para presidente e não para o parlamento, o que nós acreditamos ser um resultado do enchimento das urnas.

Combinando os dois grupos, acreditamos que o PVT mostra que pelo menos 4,0% das assembleias de voto tinham sido alvo de um enchimento das urnas, e que ao nível nacional, deve existir pelo menos 107.000 votos extra para presidente.

## **Invalidando os boletins de voto**

Todos os boletins de voto inválidos (*nulos*) são enviados para Maputo para que sejam reconsiderados pela CNE. Isto é necessário porque a lei estipula que o voto é válido se a intenção do eleitor é clara, mas muitas assembleias de voto têm um posicionamento demasiado duro e rejeitam votos onde esteja

assinalado o X ou impressões digitais, que vão para um quadrado contígua.

A requalificação dos votos nulos está aberta aos órgãos de comunicação e observadores. Muitos votos nulos são realmente inválidos, com dois Xs ou impressões digitais, mas outros são considerados como correctamente válidos.

### **Impressões digitais extra**

O processo de requalificação também mostra dois tipos de fraude aparente. A primeira tornou-se mais comum em 2009, e envolve a colocação de impressões digitais extra sobre um conjunto de votos da oposição para torna-los inválidos. Durante a contagem, os boletins de voto são amontoados no chão e aparentemente quando está escuro e ninguém está a olhar, alguém coloca impressões digitais extra sobre um conjunto de boletins de voto da oposição. Os boletins de voto tendem a ser mantidos empilhados e assim isto torna-se óbvio no processo de requalificação porque existem impressões digitais extra precisamente no mesmo local num conjunto de boletins de voto, alguns com o voto com impressões digitais e outros com um X.

Uma indicação de que isto foi mais comum em 2009 foi a percentagem de votos nulos nas eleições presidenciais, após a requalificação, que correspondeu a 2,7% em 2004, mas aumentou para 4,0% em 2009. Este ano, a lei foi alterada para forçar a retirada de toda a tinta da assembleia de voto durante a contagem. Parece ter funcionado porque os votos presidenciais nulos após a requalificação desceu para 3,2% este ano. Mas alguma tinta foi introduzida em algumas assembleias de votos no momento da contagem e continuamos a ver boletins de voto falsamente invalidados durante a requalificação.

Boletins de voto falsamente invalidados são ilegais, mas a CNE recusou-se a adoptar qualquer acção no sentido de processar. As pessoas revalidando os votos nulos não foram instruídas a separar grupos óbvios de boletins de voto fraudulentamente invalidados. Isto poderia ter permitido processar judicialmente, porque todos os boletins de voto agora possuem o número da assembleia de voto, e as impressões digitais são algumas vezes suficientemente claras para indicar que indivíduo deixou essa impressão.

### **Pilha errada**

A parte de votos nulos antes da requalificação não se alterou; foi de 4,5% em 2009 e 4,4% este ano. Mas uma percentagem muito maior de votos nulos foi aceite como válida este ano. Isto reflecte parcialmente uma melhor formação daqueles envolvidos na requalificação de mais de 700.000 boletins de voto. Mas parece também reflectir um novo tipo de fraude com vista a substituir os votos com impressões digitais extras. Durante a requalificação, observamos a existência de grupos de boletins que eram obviamente votos válidos para a oposição e não podiam possivelmente ser

considerados como nulos. Isto sugere que durante a contagem, os membros da assembleia de voto simplesmente retiram boletins de voto da pilha de votos da oposição para a pilha de votos nulos. Isto não tem qualquer impacto sobre o resultado final, na medida em que eles são aceites como válidos em Maputo, mas parece melhor para a Frelimo ao nível local porque o voto da oposição é reduzido.

Uma vez mais, podemos usar o PVT, desta vez para estimar votos inválidos excessivos. Notamos que o PVT indica 3,6% nulos, enquanto o número real era de 4,4%, o que sugere a existência de menos fraudes nos casos onde os observadores estiveram presentes. Não obstante, a fraude foi indicada no PVT. Marroneu, em Sofala, tem uma história de boletins de voto invalidados; a Frelimo provavelmente venceu as eleições locais de 2013 desta forma. A EPC 25 de Junho em Marroneu tinha uma assembleia de voto com 56% votos inválidos nas eleições presidenciais. O boletim de voto presidencial é simples, com apenas três candidatos e grandes quadrados para que o eleitor assinale. Não acreditamos que mais de metade dos eleitores não sabiam como votar ou que tenham decidido inutilizar os seus boletins de voto.

Tal como em eleições anteriores, consideramos como suspeita uma taxa de votos nulos de mais de 10%. Na amostra do PVT, 4,5% das assembleias de votos tinham mais de 10% de votos inválidos.

## Abertura tardia

Só 4 assembleias de voto em Moçambique não chegaram a abrir. Todas localizadas no Lago, em Niassa, com 679 eleitores, porque os helicópteros que deveriam ter entregue o material de votação ficaram sem combustível, de acordo com a CNE. Mas os nossos jornalistas reportaram que um número significativo de assembleias de voto não abriram a tempo, muitas vezes porque elas tinham o caderno de recenseamento errado ou nenhum caderno. Alguns problemas foram resolvidos rapidamente, por exemplo, nos casos onde os cadernos de recenseamento tinham sido levados para as escolas ou assembleias de voto na mesma cidade e puderam ser rapidamente trocados.

Houve problemas particulares em Nampula, Nacala, Angoche e Beira. Algumas assembleias de voto não abriram até a tarde, embora o porta-voz da CNE, Paulo Cuinica, afirme que todas elas acabaram por abrir.

Mas isto parece ser ilícito. A lei eleitoral afirma que:

"1. Verificando-se quaisquer irregularidades que impeçam o processo de votação, a mesa procede ao seu suprimento, dentro das quatro horas subsequentes à sua verificação.

"2. Tornando-se impossível suprir as irregularidades dentro do prazo previsto no número anterior, o presidente da mesa declara encerrada a assembleia de voto."

Prevê-se que as assembleias de voto abram as 7 horas da manhã e isso significa que se elas não abrirem, por exemplo, porque elas não têm um caderno de recenseamento, então o problema deve ser resolvido até as 11 horas da manhã. A abertura no período da tarde viola a lei eleitoral. E isto é sensível, porque quando as pessoas desistem e voltam para a casa, é difícil dizer-lhes que a assembleia de voto estará aberta logo a tarde.

No gráfico na página 9, os parênteses a esquerda destacam 45 assembleias de voto com uma participação extremamente baixa, correspondendo a menos de 18%. Isto é, 2,5% das assembleias de voto na amostra do PVT. Estas são provavelmente assembleias de voto que abriram muito tarde, onde houve confusão sobre os cadernos de recenseamento, ou onde a assembleia de voto foi transferida e os eleitores não foram informados. Isto sugere que o STAE teve problemas com 2,5%, ou aproximadamente 450 assembleias de voto. O problema foi mais notável na Zambézia, Nampula, Niassa, e Sofala.

## Cadernos de recenseamento

Os observadores e jornalistas reportaram que algumas assembleias de voto tiveram cadernos extra, não na lista oficial das assembleias de voto. Estes cadernos adicionais ou extra são algumas vezes designados de "lista de transferidos" ou simplesmente uma "lista dos agregados".

Nos casos onde existam dois cadernos de recenseamento pequenos e o total não excede 800 eleitores, os dois cadernos podem ser combinados numa única assembleia de voto e a lista oficial possui ambos cadernos. E isto foi feito em alguns locais. Mas em algumas assembleias de voto, o caderno extra não estava na lista.

A Cidade de Tete suspendeu a contagem por um dia porque houve 234 editais e apenas 178 assembleias de voto. A explicação oficial do STAE foi de que nos casos onde as assembleias de voto tinham mais do que um caderno, as MMVs produziram incorrectamente um edital separado para cada caderno, ao invés de um para toda a assembleia de voto. Apesar disso, isso significa 58 cadernos adicionais, enquanto a lista oficial apresenta apenas 37.

A questão torna-se ainda mais confusa porque a CNE "encontrou" um número adicional de 177,083 eleitores em Agosto. Estes estão incluídos nos totais provinciais e nacionais oficiais, mas não está claro como estes eleitores adicionais foram afectos às assembleias de votos.

O PVT mostrou 27 assembleias de voto com uma participação acima de 105%, com uma participação excedendo 10 vezes mais o número de eleitores que deveriam ter sido incluídos no caderno de recenseamento de acordo com a lista oficial. Achamos que a maioria das 27 assembleias de voto constituem exemplos de cadernos extra não reportados. Estas assembleias de voto são 1,4% da

amostra, o que sugere que até 250 assembleias de voto tinham cadernos adicionais extra não reportados. Estas tendem a ser assembleias de voto com grandes números de pessoas votando e elas correspondiam a 2,5% dos votos na amostra de PVT.

## Falta de informação

O Sheik Abdul Carimo assumiu a presidência da CNE em Maio de 2013 com uma promessa: "É necessário imprimir uma maior dinâmica, uma maior abertura das portas da CNE".

Inicialmente, este era o caso, por exemplo com a melhoria dos sistemas para a recepção dos documentos de nomeação dos candidatos e mais contacto com os órgãos de comunicação. Mas este ano, o sistema sofreu um colapso e esta CNE proporcionou menos informação do que em 2009.

Por exemplo, o portal da CNE foi redesenhado e relançado e virtualmente não proporciona qualquer informação. Os resultados não foram publicados, as leis revistas em inícios deste ano não foram publicadas no portal e só poucas decisões da CNE foram publicadas.

Tal como em 2009, houve um centro de imprensa e este ano 85 jornalistas estrangeiros foram acreditados, principalmente da África do Sul. Tal como em 2009, o centro de imprensa começou a fazer dois anúncios por dia, dos resultados parciais com base nas contagens provinciais na altura. Mas depois de um dia, a CNE ordenou que a transmissão destes anúncios deveria cessar. A CNE também instruiu ao centro de imprensa para não apresentar os resultados das contagens provinciais, que tinham sido publicados pelo centro de imprensa em 2009. A CNE argumenta que os órgãos de comunicação devem obter os resultados directamente das comissões eleitorais provinciais, o que não foi útil para a imprensa estrangeira e aquela baseada em Maputo.

E, por outro lado, levava demasiado tempo obter outras informações. Os resultados das assembleias provinciais que deveriam ter sido disponibilizados dentro de um período de duas semanas após a votação só foram proporcionados depois de um mês. E a CNE tem estado relutante ou tem sido incapaz de proporcionar qualquer informação sobre o financiamento dos partidos.

## Apuramento distrital aberto mas caótico

As comissões eleitorais distritais e da cidade (CDEs) fizeram o apuramento dos resultados a partir dos editais de cada assembleia de voto. No passado, os apuramentos estavam vedados aos órgãos de comunicação e aos observadores. Mas após a decisão do Conselho Constitucional, do ano passado, determinando a repetição das eleições municipais em Gurué por motivos de fraude ao nível distrital e provincial, a CNE esteve sob pressão dos órgãos de comunicação e observadores de tornar público as contagens distritais e provinciais. A CNE concordou finalmente, mas os observadores encontraram uma confusão generalizada. Tornou-se claro em nove eleições, que a CNE e o STAE não chegaram nunca a emitir quaisquer instruções sobre como o apuramento distrital deveria ser conduzido.

Sem nenhuma orientação do STAE ao nível nacional, cada CDE criou os seus próprios sistemas. Algumas usaram computadores, outras usaram lápis e papel e outras ainda recorreram ao uso dos quadros pretos nas salas de aula. Um começaram logo depois de terem recebido os seus primeiros editais, enquanto outras esperaram até terem recebido todos. Um ainda começaram com os dados submetidos por telefone e SMS e outras esperaram pelos editais. Algumas fizeram tudo de forma muito organizada enquanto outras tinham papéis espalhados pela sala e diferentes pessoas pareciam estar a seguir sistemas diferentes. Algumas ainda usaram salas especiais, outras estavam em salas mais pequenas superlotadas e uma esteve fisicamente localizada no gabinete do Director Distrital do STAE. Enquanto umas permitiram que os representantes dos partidos verificassem a tabela final, outras não o fizeram. Em alguns locais, foi impossível verificar os dados a serem introduzidos.

O local melhor organizado foi a CDE da Cidade de Tete, que criou uma sala especial. Cada edital foi apresentado aos observadores, agentes do partido e jornalistas, seguido da leitura dos resultados. Os dados foram introduzidos num computador e expostos numa grande tela para que todos pudessem verificar se eles estavam correctos.

Algumas CDEs, em violação da lei, recusaram-se afixar os editais ou fornecer cópias aos observadores e aos órgãos de comunicação. Apesar da decisão da CNE, algumas CDEs e, inicialmente as províncias de Cabo Delgado e Zambézia, recusaram-se a permitir a entrada dos observadores.

## **Oposição partilha a culpa**

Os artigos acima são críticos em relação ao STAE e a CNE por não resolver problemas conhecidos há mais de uma década. Mas os partidos da oposição partilham a culpa.

A lei afirma que eles deverão apresentar as suas listas de delegados 20 dias antes da eleição e eles não foram capazes de fazê-lo. A CNE instruiu ao STAE para aceitar os nomes após o prazo, mas os partidos da oposição continuavam a submeter listas dois dias antes do dia da votação. Os partidos da oposição sabiam há cinco anos que eles necessitariam de dezenas de milhares de pessoas e o MDM sabia através das eleições locais no ano passado que tinha sido incapaz de recrutar um número suficiente de pessoas, mesmo em Maputo. A oposição não foi capaz de usar o tempo disponível para encontrar pessoas.

Do mesmo modo, eles sabem desde Fevereiro que eles precisariam de ter, cada uma delas, 17,000 membros de assembleias de voto (MMVs), bem como centenas de membros do pessoal do STAE e membros das comissões eleitorais e de que eles teriam que dar pelo menos uma formação e apoio mínimo, se eles tivessem que defender os interesses dos seus partidos. Os delegados e MMVs precisavam de saber como apresentar protestos e eles precisavam de contactar os tribunais distritais dentro de um período de 48 horas. O ter todas estas pessoas adicionais no seio do sistema parece ter sido de pouco uso para os partidos da oposição.

Por definição, as eleições são competitivas e ao nível mundial, os partidos políticos sabem que devem estar atentados aos truques de outros partidos. Através deste sistema dos delegados dos partidos, observadores e agora membros dos partidos no STAE e MMVs, a legislação moçambicana coloca maior pressão sobre os

partidos para que acompanhem o processo eleitoral de perto com vista a evitar a fraude - e as mudanças este ano aumentaram este papel. Os partidos da oposição não foram capazes de acompanhar e eles não podem passar a culpa para o STAE e a CNE.

O roubo das casas é um problema em muitas cidades e isto é controlado de três formas: é ilícito; existe a polícia e trancamos as nossas casas. Se não tranco a minha porta e o ladrão entra, isso é em parte minha culpa. É um crime e espero que a polícia apanhe o gatuno. Mas isso é em parte minha responsabilidade porque eu terei facilitado o roubo. Os partidos da oposição estão certos ao reclamar que a fraude eleitoral é um crime, que a polícia e a CNE deveriam ter estado mais vigilante, e os perpetradores deverão ser punidos. Mas a Renamo e o MDM fecharam os seus olhos. Eles deixaram a porta não só destrancada, mas de facto toda aberta.

Obviamente, a oposição não possui os mesmos recursos como a Frelimo. Assim, o primeiro passo é rever a legislação eleitoral de tal forma a que eles de facto sejam capazes de usá-los. Não faz sentido colocar mais e mais pessoas na máquina eleitoral se é impossível encontrar e formar pessoas que se sintam comprometidas e responsáveis para serem vigilantes para defender o seu partido. E eles necessitarão de começar agora a organizar pessoas para as eleições municipais que terão lugar daqui há 4 anos e as eleições nacionais em 5 anos.

As autoridades eleitorais e os partidos da oposição partilham a mesma culpa pela má conduta e desleixo. Ambos poderiam fazer melhor. *jh*

=====

## **Só 3 candidatos presidenciais**

Só os candidatos dos três principais partidos é que foram capazes de concorrer para presidente. Nenhum dos 8 candidatos dos partidos independentes e pequenos foram capazes de apresentar as 10,000 assinaturas necessárias para a nomeação. Um candidato, Miguel Rafael Simbine Mabote do Partido Trabalhador (PT), esteve muito próximo, com 9,796 assinaturas. Raúl Manuel Domingos foi o próximo com 8,150 assinaturas válidas.

O Conselho Constitucional (CC) na sua decisão de 5 de Agosto foi severamente crítico aos candidatos que submeteram assinaturas que eram manifestamente falsas, tanto porque elas estavam escritas numa ordem numérica e tinham sido óbvia e simplesmente copiadas das listas de recenseamento, ou nos casos onde muitas assinaturas tinham sido claramente feitas pela mesma pessoa. As assinaturas por nomeação

devem ser feitas na presença de um notário e o CC sublinha que os serviços de notariado tinham aprovado assinaturas que eram "flagrantemente falsificadas". Ele observou que esta prática tinha sido criticada pelo CC quando as assinaturas foram rejeitadas antes das eleições presidenciais de 2009.

## Recenseamento de 89%

O número de pessoas recenseadas para votar foi de 10,874,328, correspondendo a 89% dos 12,203,727 moçambicanos estimados como sendo maiores de 18 anos no dia da votação, 15 de Outubro. Isto é similar ao recenseamento de 90% em 2009.

No ano passado, 3,059,579 eleitores se recensearam para as eleições municipais e não precisavam de recensear-se novamente. O recenseamento estava marcado para o período de 30 de Janeiro a 14 de Abril, posteriormente adiado para o período entre 15 de Fevereiro a 29 de Abril de forma a acomodar a Renamo e foi depois expandido para 14 de Maio em algumas zonas; notavelmente os 13 postos de recenseamento não abriram em Sofala devido à acção militar da Renamo. Inicialmente, o recenseamento foi prejudicado por problemas de equipamento, especialmente baterias e geradores.

Os dados finais do recenseamento foram anunciados em Maio e os assentos parlamentares atribuídos e anunciados para que os partidos pudessem submeter as suas listas aos candidatos. As eleições para a Assembleia da República são efectuadas através de um sistema de lista dos partidos e existem 13 círculos eleitorais - as 11 províncias mais dois assentos para a diáspora na Europa e África.

Então de repente em Agosto, após as listas dos candidatos já terem sido submetidas, a CNE anunciou ter encontrado 177,083 eleitores adicionais. Não houve nenhuma explicação clara da fonte destes eleitores adicionais. O porta-voz da CNE, Paulo Cuinica, argumentou que os números oficiais emitidos em Maio e os assentos parlamentares atribuídos foram de facto estimativas e que só em Agosto é que eles tinham calculado os dados reais.

A CNE encontrou 4% mais eleitores na Zambézia e mais de 3% eleitores extra em Gaza e Tete. Isto foi suficiente para transferir dois assentos parlamentares de Nampula para a Zambézia e 1 assento de Inhambane para Gaza.

## A CNE atribui um assento a Gaza ao invés de Nampula

Desde 1994 que a lei eleitoral tem sido matematicamente incorrecta na forma em que ela atribui assentos da Assembleia da República (AR) para as províncias, e geralmente atribui mais ou menos do total de 248 assentos necessários na Assembleia da República.

Com os novos dados do recenseamento, a lei só atribuiu 246 assentos do total de 248 assentos da Assembleia da República.

A lei estipula que o número de eleitores recenseados deveria simplesmente ser dividido por 248, então o número de eleitores em cada província seria dividido por esse número para apurar o número de assentos provinciais. Dividindo desta forma, resulta sempre numa décima e não podemos ter fracções de assentos; assim a norma é que, se a casa decimal é 0,5 ou maior, deve-se "arredondar" para o número inteiro maior e se for menor que 0,5 deve-se "arredondar para baixo" para o número inteiro inferior. Mas este processo raramente funciona. Por esta razão, para atribuir votos aos partidos com vista a determinar o número de assentos na Assembleia da República após as eleições, a lei eleitoral sempre usou o sistema d'Hondt, que foi inventado no século 19 precisamente para resolver este problema.

Não houve qualquer explicação ou justificação para o facto da AR ter mantido na lei, apenas num único lugar, um sistema de cálculo alternativo que não seja o método d'Hondt e que é matematicamente incorrecto. Porque a AR nunca percebeu que isto está errado, a lei não dá qualquer orientação sobre como os erros devem ser corrigidos. Em cada eleição, a CNE tem sido forçada a dar assentos adicionais ou a retirar assentos através de algum sistema. A escolha óbvia é usar o método d'Hondt, porque isto é usado noutras secções da lei. A CNE nunca chegou a dizer publicamente que estava a corrigir um erro na lei ou indicar como o faz, mas parece ter adoptado uma regra conhecida como o "método da maiores sobras".

Os 10,874,328 eleitores recenseados e 248 assentos correspondem a 43,848 eleitores por assento. Se os registos provinciais são depois divididos por 43,848, são atribuídos apenas 246 assentos. Como alocar os outros dois? O método d'Hondt os atribuiria à Nampula e Zambézia. Contrariamente, a CNE atribuiu-lhes à Gaza e Zambézia. A CNE aparentemente usou o método "maiores sobras". Gaza com 0,48 e Zambézia com 0,44 têm os maiores sobras que são inferiores a 0,5 e, por isso o CNE deu-lhes os assentos. Ambos os sistemas dão um lugar para a Zambézia, mas o método d'Hondt dá o outro assento de Nampula, enquanto as "maiores sobras" dão o assento para Gaza. (Para mais detalhes, ver *Eleições Nacionais* 34, 18 de agosto de 2014.)